

Integração de Minorias Vulneráveis - o caso particular da toxicodependência

Ana Rita Valinho Marques

Observatório dos Direitos Humanos

Prólogo: A abordagem desta temática parte do cruzamento de duas experiências pessoais: por um lado, o meu trabalho profissional, enquanto socióloga, no âmbito das instituições de saúde pública e, por outro, a minha formação, actualmente em curso, em matéria de direitos humanos e o meu activismo a favor dos mesmos. Deste modo, para além de uma reflexão teórica sobre a problemática associada à toxicodependência, do ponto de vista da vulnerabilidade dos grupos de consumidores de substância psicoactivas, é também um testemunho das minhas vivências enquanto agente das respostas públicas a este assunto e ainda como militante pelo reconhecimento dos direitos fundamentais destas pessoas.

Introdução: Em pleno século XXI, com a comprovada influência das orientações neoliberais, ao proporcionar-se a desregulamentação do sistema de garantia de direitos, torna-se fundamental reconhecer que alguns subgrupos da população têm problemas especiais, necessidades ou vulnerabilidades que requerem intervenções específicas. De entre os diferentes grupos que possam existir, destacam-se, ao longo deste trabalho, os consumidores de substâncias psicoativas que acumulam outros tipos de vulnerabilidades.

O consumo de substâncias psicoativas é encarado a partir de uma multiplicidade de fatores e há estudos que apontam para o próprio modelo neoliberal, como fator que intensifica a vulnerabilidade para o consumo de substâncias psicoativas, pois amplia as desigualdades sociais, diminui as políticas sociais, a disponibilidade de serviços públicos de saúde e, conseqüentemente, vulnerabiliza os chamados toxicodependentes. De um modo geral, podemos dizer que todos são vulneráveis, pois apresentam questões que os fragilizam, porém, é importante perceber, que a forma como se organiza a sociedade aumenta ou diminui a suscetibilidade dos sujeitos, isto é, o grau de vulnerabilidade das pessoas depende de diferentes fatores físicos, económicos, sociais e políticos, no entanto, podem ser postas em prática medidas para mitigar o efeito desses fatores.

A Vulnerabilidade dos Consumidores de Substâncias Psicoativas

A toxicodependência tem raízes numa sociedade baseada na exploração, no lucro e no sucesso sem princípios, uma sociedade doente, geradora de toxicodependência, cuja organização coloca em situação de vulnerabilidade cada vez mais pessoas.¹ Os

¹ São vulneráveis quem tem diminuídas, por diferentes razões, as suas capacidades de enfrentar as eventuais violações de direitos básicos, de direitos humanos. Essa diminuição de capacidades, essa vulnerabilidade está associada a determinada condição que permite identificar o indivíduo como membro de um grupo específico que, como regra geral, está em condições de clara desigualdade material em

problemas com o uso de drogas, assim como a vulnerabilidade para a toxicodependência, surgem, geralmente, devido a múltiplos fatores, sendo destacados na literatura científica, a disponibilidade das drogas, as influências do ambiente familiar e social, fatores hereditários e de personalidade, episódios traumáticos, entre outros (Schwabe, Dickinson, & Wolf, 2011).²

Os fatores que levam a esta problemática podem ser diversos e o comportamento de consumo tende também a ser reforçado pelos efeitos agradáveis e de prazer proporcionados pelas substâncias (Fernandes, 1990, in Fonte, 2007). É frequente a toxicodependência estar associada às crenças desenvolvidas pelo indivíduo que consome drogas, tais como as que se relacionam com a minimização da problemática, as expectativas relativamente aos efeitos, a baixa capacidade para lidar com a frustração e os sentimentos de culpa e de desânimo que, muitas vezes, levam ao consumo como forma de diminuir o mal-estar sentido (Freeman & Reinecke, 1995, in Fonte, 2007).

Ainda a este respeito, Enoch (2011) considera que o indivíduo, após experienciar o consumo de drogas, encontra-se numa espiral de preocupação e expectativa, compulsão e intoxicação, assim como de abstinência e efeitos negativos associados, levando-o a perder o controlo sobre os consumos e a usar as drogas, mesmo tendo conhecimento das consequências associadas.³ Uma vez instaurada, a toxicodependência assume-se como um grave e complexo problema de saúde pública com inúmeras consequências sociais (Cardoso, 2001; Ferreira-Borges & Filho, 2004). Assim sendo, este problema assume um enorme impacto, quer para os próprios indivíduos toxicodependentes, quer para as pessoas que os rodeiam, nomeadamente as suas famílias e a própria comunidade.⁴

relação ao grupo maioritário. A vulnerabilidade está em todos e em cada um de nós, da mesma forma como estão outras características próprias do ser humano, como a consciência e a capacidade de amar; a empatia e a vontade de sobrevivência. Não há pessoa que possa ser considerada invulnerável. Ou seja, aqueles que são vulneráveis – todos – o são em diferentes graus, dependendo da capacidade de resistência perante os desafios que enfrentamos. Por isso, a noção de vulnerabilidade leva-nos, rapidamente, a falar de igualdade, porque nem todos temos a mesma capacidade de resistência, porque nem todos somos igualmente vulneráveis, porque podemos identificar, facilmente, características que tornam algumas pessoas, grupos, mais vulneráveis do que outros.

² Palma e Mattos (2001) definem o conceito de vulnerabilidade social, relacionando-o a processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação.

³ A vulnerabilidade individual envolve dois níveis: cognitivo e comportamental. O primeiro, relaciona-se com o grau e a qualidade da aquisição dos conhecimentos e da capacidade de os incorporar e gerir nos relacionamentos em sociedade. O segundo, está ligado com a capacidade de perceber contextos intersubjetivos e sociais geradores de vulnerabilidades, que influenciam atitudes e comportamentos práticos.

⁴ O conceito de vulnerabilidade supera o carácter individualizante ao apontar a vulnerabilidade como um conjunto de aspetos que vão além do individual, abrangendo aspetos coletivos e contextuais.

Com efeito, o centro de atenção da vida destes indivíduos “*passa a ser a droga*”, levando a uma alteração nos estilos e hábitos de vida, assim como a uma quebra das rotinas sociais (Macedo, 2009). Com o tempo, outros danos começam a ocorrer, nomeadamente problemas do foro da saúde física e mental, disfuncionalidade nas relações interpessoais, perdas económicas e, por vezes, problemas legais (e.g., violência doméstica, acidentes de trânsito, outras práticas criminosas) (Chalub & Telles, 2006). Também Silveira (2004), identificou como consequências associadas ao problema da toxicodependência, inúmeros problemas de saúde física e mental, nomeadamente ansiedade, depressão, ideação suicida, disfunção sexual, isolamento social, alterações de humor, doenças infecciosas. O autor realçou, também, os problemas no âmbito conjugal (e.g., separação ou divórcio), problemas escolares e/ou profissionais, perda de interesse nas atividades da vida diária e problemas judiciais (como resultado, quer dos crimes cometidos sob o efeito das drogas, quer da sua aquisição).

Toxicodependência em subgrupos da população

Até aqui, apresentámos a vulnerabilidade do consumidor de substâncias psicoativas, mas esta vulnerabilidade pode agudizar-se quando, cumulativamente, estamos perante outros subgrupos da população, entre os quais se destacam: idosos, mulheres, jovens/ adolescentes, migrantes, sem-abrigo, entre outros⁵.

(...)

Concluindo:

Todos os seres humanos são vulneráveis, porque tal característica é intrínseca à natureza mortal, embora a vulnerabilidade não deva ser abordada de uma forma negativa, já que fala da nossa capacidade de reagir, resistir e recuperar de uma ferida, de uma violação física ou moral. Respeitar as opções e os estilos de vida dos indivíduos, reconhecer o direito à diferença, rejeitar julgamentos morais que condenam o consumo de drogas e discriminam os consumidores, são assim, as expressões que assentam no chamado «*direito à diferença*», enraizado no respeito da liberdade do outro, reconhecendo a igualdade de oportunidades e de tratamento dos consumidores, respeitando-os como pessoas «*diferentes, mas iguais*».⁶

⁵ Por razões do tempo disponível para esta exposição, não nos é possível desenvolver este tópico, ficando aqui somente a referência aos grupos de risco acima enunciados.

⁶ Refira-se, a título ilustrativo, o direito à saúde, ao trabalho, à educação, como parte integrante dos direitos sociais são direitos insistentemente proclamados nas Constituições da República, mas nem sempre assegurados a todos os utilizadores de drogas ilícitas.

A vulnerabilidade analisada está ligada à essência destas pessoas que enfrentam um duplo risco, ou seja, o do consumo de substâncias psicoativas e o facto de pertencerem a outras subcategorias (idosos, mulheres, jovens/ adolescentes, migrantes, sem-abrigo). São pessoas que precisam de lidar com a sua condição como seres humanos, atrelados ao facto de pertencerem a uma categoria discriminada que, infelizmente, ainda carece da proteção adequada. A vulnerabilidade pode ser superada se as ferramentas necessárias forem desenvolvidas, para que o grupo nessa situação ou indivíduo que integra o grupo, melhore a capacidade de resposta, de reação, de recuperação, perante as graves violações de seus direitos básicos.

Em qualquer caso, não quero terminar sem dar conta da minha fé no ser humano e, “em momentos de crise, de coisificação, na sua possibilidade de reabilitação futura”⁷. Será talvez ingénuo pensar que os consumidores de substâncias psicoativas são meras vítimas de um sistema social violento e que, transformado este, deixará de haver toxicodependência. Na verdade, o ser humano não é um mero produto das condições sociais em que nasce e se desenvolve, embora seja fortemente influenciado por elas. Há sempre uma margem de liberdade, que se renova em cada momento em que cada pessoa se questiona sobre o sentido da vida e escolhe entre condições. Nesse sentido, não se pode deixar de reconhecer que o consumo de substâncias psicoactivas comporta uma escolha - que deve ser respeitada -, ainda que nem sempre devidamente informada. Contudo, é importante que se ofereça as condições para que a pessoa toxicodependente possa voltar a exercer a sua liberdade de escolha em função de uma nova imagem de futuro. Afinal de contas, a procura de estados alterados de consciência tem muitos antecedentes históricos, com diversos procedimentos, e denota um afã não apenas de escapar a uma realidade chocante e sofrida como também de superar as limitações impostas pela mecanicidade do próprio psiquismo. Assim, talvez esteja a faltar a disseminação de uma cultura que valorize as experiências que transcendem a consciência e dão acesso a outros espaços internos, bem como a difusão de práticas, meditativas ou outras, que possam conduzir àquelas experiências sem o recurso a substâncias químicas, que produzem dependência física e psicológica. Enquanto isso não acontece, trabalhemos pela restauração da dignidade e da esperança dos consumidores de substâncias psicoactivas, com a convicção de que o admirável mundo novo que procuravam está ao seu alcance, bem como de todos os seres humanos, mas não por essa via que, na prática, acaba por negar essa possibilidade, acorrentando-os ao sofrimento. Como alguém dizia ontem

⁷ Silo. Obras Completas, Vol. I: Habla Silo. Acerca de lo humano. www.silo.net

neste simpósio, “não haverá progresso se não for de todos e para todos” e isso inclui também este grupo de pessoas vulneráveis.

É tudo, muito obrigado.

Fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Bibliografia:

Amaro, Rogério Roque (2002). “A inserção económica de populações desfavorecidas, fator de cidadania” in *Sociedade e Trabalho*, n.º 8/9, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa.

“Avaliação Intermédia do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 - Anexo II Contributos das Subcomissões da Comissão Técnica para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool”. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, SICAD, (2018).

Ayres JRCM, França Júnior I, Calazans G, Salletti H. (1999). “Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids”. In: Barbosa R, Parker R, organizadores. *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 50-71.

Bäckström, Bárbara (2010). “O acesso à saúde e os factores de vulnerabilidade na população imigrante”.

Barbosa, Jorge (2011). “Enfrentar «novos riscos» e resgatar a cidadania perdida: práticas de Serviço Social no seio das políticas de redução de danos”, in *Revista Toxicodependências*, volume 17, n.º 1, pp. 71-84, Instituto da Droga e da Toxicodependência, Lisboa.

Beltrão, Jane Felipe, Filho José Cláudio Monteiro de Brito, (coord.) (2014). “Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis”. Manuel. Dhes. Rede Direitos Humanos e Educação Superior.

Bento, A. Barreto, E. (1999, 2002). “Sem-amor Sem-abrigo” (1.ª). Lisboa: Climepsi Editores.

Capucha, Luís (coord.) (1988). “Grupos desfavorecidos face ao emprego: Tipologias e quadro técnicos de medidas recomendáveis, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Cardoso, C. (2001). “Droga”. Um problema de saúde pública. *Saúde Mental*, 3(4), 9-17. Retrieved from <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/6886/2/38341.pdf>.

Cardoso, S. (2004). “Mulheres toxicodependentes. Género e desviância”. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto.

Chalub, M. & Telles, L. (2006). Álcool, drogas e crime. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28 (Supl II), S69-S73. doi: 10.1590/S1516-44462006000600004.

Dilley M, Boudreau TE. (2001). “Coming to terms with vulnerability: a critique of the food security definition”. *Food Police*, 26 (3): 229-47.

Enoch, M. (2011). The role of early life stress as a predictor for alcohol and drug dependence. *Psychopharmacology*, 214(1), 17-31. doi: 10.1007/s00213-010-1916-6.

European Monitoring Centre for Drug Addiction – EMCDDA (2010). “Treatment and care for older drug users”. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.

Fonte, C. (2007). O consumo de drogas e os comportamentos aditivos: Modelos teórico-explicativos. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 4, 238-250. Retrieved from: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/450/2/238-250FCHS04-16.pdf>.

Giddens, Anthony (2004). “Sociologia”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gil, Ana (2005). “Estudos dos Sem-abrigo/Instituto da Segurança Social”. Lisboa: Instituto da Segurança Social

Guerriero I, Ayres JRCM , Hearst M. (2002). “Masculinidade e vulnerabilidade ao HIV de homens heterossexuais”, São Paulo, SP. *Rev Saúde Publica*, pp. 36 (Supl.4):50-60.

Gossop, M., & Moos, R. (2008). Substance misuse among older adults: a neglected but treatable problem. *Addiction*, 103(3),347-348. DOI: 10.1111/j.1360-0443.2007.02096.x.

Machado, E. (2000). “Discursos do medo, imagens do «outro». Estudo sobre a insegurança urbana na cidade do Porto. Graga: Instituto de Educação e Psicologia/ Universidade do Minho.

Martins, Manuel Gonçalves (1996). “As migrações internacionais e o aumento do racismo e da xenofobia na União Europeia”, Braga: Universidade do Minho.

Moreno, A. (2004). “Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde”, Manole, Brasil.

Munoz Sanchez A, Bertolozzi MR. (2007). “Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva?” *Cien Saud Colet*; 12(2):319-324.

Rosenbaum, M. (1997). “Women: Research and policy”. In P.R.J. Lowinson, R. Milman J. Langrod (Eds.), *Substance abuse, a comprehensive textbook* (pp. 654-665). Baltimore, MD: Williams Wilkins.

Schwabe, L., Dickinson, A. & Wolf, O. (2011). Stress, habits, and drug addiction: A psychoneuroendocrinological perspective. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*, 19 (1), 53–63. doi: 10.1037/a0022212.

Silveira, S. (2004). Perturbações mentais e do comportamento. In C. Ferreira & H. Filho (Eds.), *Alcoolismo e Toxicodependência: Manual Técnico 2* (pp. 115-124). Lisboa: Climepsi Editores.

Silo. Obras Completas, Vol. I: Habla Silo. Acerca de lo humano. www.silo.net